



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 2 FRANCA – 18 DE NOVEMBRO DE 2021

3 Aos dezoito (18) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e quinze minutos (8h15),
4 iniciou-se a nona (9ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada no
5 formato híbrido, sendo presencialmente na Secretaria de Ação Social, sito Av. Champagnat, nº 1750 – Centro –
6 Franca/SP e virtualmente pela Plataforma de Videoconferência da Prefeitura (Big Blue). A reunião foi coordenada
7 pelo presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e
8 Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião treze (13)
9 conselheiros(as), sendo cinco (05) da Sociedade Civil e oito (08) do Poder Público, com (as)os seguintes
10 **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Óiter
11 Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Roberta Pucci de Melo, Ana Paula Pinto Marafiga, Jandira de
12 Almeida Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa, Sílvia Helena Bertolino dos Santos.
13 **Conselheiro Suplente na Titularidade:** Patricia Regina Dupim, Luis Otavio Montelli. **Conselheiros(as) Suplentes:**
14 Sulia das Neves Nascimento. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: Chamada e
15 Verificação de quorum – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Aprovação da pauta. 3.
16 Assuntos – 3.1 - Apresentação de Relatório, Parecer sobre Visita de acompanhamento e deliberação do colegiado
17 sobre CRAS Centro - (Josiane e Andréa); 3.2- Apresentação de Relatório, Parecer sobre Visita de
18 acompanhamento e deliberação do colegiado sobre Unicad (Andréa); 3.3 – Deliberação sobre o cofinanciamento
19 estadual do serviço especializado para pessoas em situação de rua, executados em Centro Pop. O Presidente Óiter
20 iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e convidados presentes e passou a palavra para a Secretária
21 Executiva, Maria Amélia Faciroli Vergara, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do
22 quórum e a presença de doze (12) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram
23 apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Alessandra Aparecida da Silva, Yheda
24 Maria Lanes Gaioli, Márcia Tomie Nakao, Luzia Regina Alves, Wagner José de Oliveira, Lais de Carvalho Souza,
25 Carlos Eduardo dos Santos, Loren Lorraine Duarte, Éder Furtado Ribeiro, Josiane Aline de Oliveira Freitas e Leandro
26 Ferreira. Logo após, a 1ª Secretária Jussara realizou a leitura da pauta, que foi aprovada sem alteração. Assim, iniciou-
27 se a discussão do item 3.1 - Apresentação de Relatório, Parecer sobre Visita de acompanhamento e deliberação do
28 colegiado sobre CRAS Centro - (Josiane e Andréa); O Presidente Óiter iniciou o assunto, informando que a visita
29 de acompanhamento ao CRAS Centro foi realizada pelas conselheiras Andréa e Josiane. Em seguida passou a palavra
30 para a conselheira Andréa, que apresentou o relatório e destacou os principais pontos observados, sendo eles: a
31 abrangência territorial da região daquele CRAS é muito extensa, o que provoca longas filas de espera e demora no
32 atendimento, o que evidencia a necessidade de contratação de profissionais para compor a equipe, bem como a
33 implantação de novas unidades de CRAS na região. A unidade está instalada em prédio alugado e sem acessibilidade
34 para pessoas com deficiência, pelo fato de ter degrau na porta de entrada, sendo necessário adaptação no imóvel. Em
35 seguida Óiter questionou se havia a necessidade de realizar a leitura do Relatório completo, do qual os conselheiros
36 entenderam como desnecessária uma vez que foi enviado por e-mail. Alguns conselheiros manifestaram preocupação

37 quanto ao longo processo de agendamento para a acolhida dos usuários. A conselheira e Diretora da Proteção Social
38 Básica, Ana Paula, pontuou a dificuldade de atendimento imediato em razão da alta demanda, que se intensificou com
39 a pandemia, a falta de profissionais e o número de CRAS no município. Disse que com a publicação da Lei 173.2020,
40 não há possibilidade de contratação até 31.12.2021, porém, vencido o prazo, estão previstas novas contratações e a
41 retomada do cumprimento do TAC firmado com o Ministério Público para recomposição de equipes. Disse que a
42 região é a de maior extensão e será feito um estudo para avaliar qual a real demanda de CRAS no município. Pontuou
43 que no Plano Municipal já está prevista a instalação de mais um CRAS no próximo ano e outros três nos próximos
44 quatro anos, sendo primordial o cofinanciamento federal e estadual para a manutenção das Unidades. Andréa
45 salientou que com o novo programa do governo federal, Auxílio Brasil, a unidade vai ficar ainda mais sobrecarregada
46 com a busca de informações pelos municípios, visto que é a mais central, destacando que as equipes se desdobram,
47 mas é humanamente impossível dar conta da demanda. A conselheira Roberta Pucci disse que o perfil das famílias
48 que estão buscando atendimento nos CRAS está diferente por conta da pandemia, relatando que são famílias que
49 nunca buscaram a assistência social. Ao final iniciaram-se discussões sobre os encaminhamentos que serão realizados,
50 ficando definido que após a apresentação dos relatórios e pareceres de visitas de todas as Unidades Estatais, será
51 encaminhado um único documento, uma vez que os pontos apresentados são comuns a todas as unidades estaduais. [3.2-](#)
52 ***Apresentação de Relatório, Parecer sobre Visita de acompanhamento e deliberação do colegiado sobre Unidad***
53 ***(Andréa)*** – Dando seguimento, o presidente Óiter passou a palavra novamente para a conselheira Andréa, uma vez
54 que ela realizou a visita no Cadastro Único, no mês de maio, acompanhada da ex Conselheira Irene. Andréa solicitou
55 que a Secretária Executiva Maria Amélia realizasse a leitura do documento. Após a leitura do documento, a
56 conselheira apresentou as principais observações, destacando que a problemática da alta demanda se repete, assim
57 como a insuficiência de trabalhadores. Lembrou que com o novo programa do governo federal, a população deve
58 buscar ainda mais informações e orientações junto ao cadastro único. Outro ponto dificultador é o atendimento por
59 telefone que também não é suficiente para a alta demanda, devendo ser reavaliado o sistema utilizado atualmente. O
60 espaço físico garante a acessibilidade, porém não está atendendo às necessidades atuais do Cadastro Único.
61 Parabenizou os trabalhadores que se esforçam em atender da melhor possível, apesar das dificuldades. Ana Paula
62 disse que desde o início do ano a equipe tem buscado um espaço adequado que comporte todas as ações do Cadastro,
63 mas não conseguiram. Disse que por causa da alta demanda foi necessário organizar uma sala na Secretaria de Ação
64 Social para acomodar parte da equipe, relatando que foram realocados estagiários para o cadastro, inclusive do
65 CMAS. A gestão tinha a intenção de aditar o contrato da empresa terceirizada para contratar mais entrevistadores,
66 porém a mesma não concordou. Desta forma, está prevista essa ampliação quando for realizar o novo processo de
67 licitação considerando que o contrato vigente vence em maio. Apontou que existe uma insegurança com relação ao
68 novo programa do governo federal, pois não há informações sobre as novas regras e nem garantias de que
69 permanecerá o cofinanciamento, por meio do recurso do IGD. Maria Amélia pontuou a importância do Conselho e
70 especialmente a Comissão de Controle Social se apropriar sobre as normativas do programa Auxílio Brasil,
71 especialmente o seu decreto regulamentador. A mesma compartilhará as normativas com o colegiado. Andréa disse
72 que a Comissão já elaborou o seu planejamento e agendou uma reunião em fevereiro para estudar as normativas e se

73 apropriar das informações sobre o programa. A conselheira Viviane questionou a informação que constava no
74 relatório sobre a carga horária de 40hs dos estagiários. Verificou-se que no relatório foram inseridos os trabalhadores
75 terceirizados e estagiários no mesmo quadro, ficando definido que será feita a correção, uma vez que os estagiários
76 têm uma carga horária máxima de 30 horas. Óiter fez uma observação de que no relatório a coordenadora falou da
77 importância de um sistema informatizado. Ana Paula disse que de fato o cadastro é feito manualmente e depois é
78 inserido no sistema, porém, para que isso ocorra será necessário um sistema do governo federal e uma internet potente
79 e sem instabilidades, para não correr o risco de perder informações. Com relação ao telefone, pontuou que é
80 necessário a ampliação das equipes e também de um sistema em formato de telemarketing, portanto a Assistência
81 Social precisará pensar em estratégias para melhoria do sistema, o que demandará mais recursos financeiros também.
82 Jandira pontuou que será necessário verificar as prioridades para solução dos entraves e dificuldades apresentadas.
83 Finalizada a apresentação definiu-se adotar o mesmo critério acordado anteriormente pelos conselheiros para o envio
84 do relatório à Gestão, ou seja, somente após a conclusão de todas as apresentações das Unidades Estatais. Passou-se
85 então ao item **3.3 – Deliberação sobre o cofinanciamento estadual do serviço especializado para pessoas em**
86 **situação de rua, executados em Centro Pop.** O presidente Óiter iniciou o assunto e passou a palavra para a
87 conselheira e Assessora de Gabinete da Secretaria de Ação Social, sra. Jandira Ramos. A representante da gestão disse
88 que se trata de um repasse do Estado de recursos financeiros para custeio de ações no atendimento dos usuários dos
89 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, no valor de R\$ 51.000,00
90 (cinquenta e um mil reais). Disse que o cofinanciamento Estadual foi deliberado pela CIB e pelo CONSEAS,
91 apresentando as normativas que o aprovaram. Salientou que esse é mais um recurso extraordinário relacionado ao
92 COVID, que deve ser deliberado pelo CMAS, e tem por objetivo a utilização em ações de inclusão produtiva da
93 população em situação de rua atendida pelo Centro POP. O recurso será repassado até 31 de dezembro em parcela
94 única. Óiter questionou se é possível realizar a reprogramação, uma vez que provavelmente não haverá tempo hábil
95 para a sua aplicação neste ano. Jandira confirmou que é possível e provável que será reprogramado. Não havendo
96 outras considerações o repasse e a aplicação do recurso foi aprovado pelo colegiado. Antes de finalizar a reunião,
97 Maria Amélia lembrou da importância dos conselheiros se organizarem para realizar as visitas de acompanhamento,
98 que tem prazo até 31 de janeiro. Solicitou que encaminhem os relatórios para o e-mail da Secretaria Executiva, na
99 medida em que estiverem prontos, para que, assim, a mesma faça o cronograma de apresentação ao colegiado. Ana
100 Paula solicitou que sejam enviados novamente os e-mails com o Plano de Ação para as equipes que realizarão as
101 visitas, pontuando dificuldades no contato com as conselheiras que farão visitas com a mesma. Os e-mails serão
102 reenviados pela Secretária Executiva. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às nove horas e trinta
103 minutos (09h30), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli
104 Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de
105 presença.